

DIAGNÓSTICO DA ESTRUTURA INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE DOURADOS (MS)

Danilo Sanches Dantas¹
Adáuto de Oliveira Souza²

1 - NOTAS INTRODUTÓRIAS

Esse trabalho teve como objetivo geral caracterizar a estrutura industrial do Município de Dourados (MS) assim como analisar a atual política municipal de incentivos fiscais às indústrias e identificar o papel atribuído à industrialização no processo de desenvolvimento regional.

Do ponto de vista histórico, a chamada “região de Dourados” apresentou, no dizer de Silva (1996), três etapas fundamentais no processo de desenvolvimento econômico. Uma primeira, que se estende dos anos de 1940 até o final da década de 60 quando se inicia a segunda etapa de desenvolvimento regional que significou a passagem de uma economia pouco dinâmica, tecnicamente rudimentar, com precária integração ao mercado como ocorria na primeira etapa para outro estágio baseado em uma economia dinâmica, tecnologicamente evoluída, integrada ao sistema financeiro e, principalmente inserida no mercado mundial.

A chegada dos anos de 1990 vai encontrar o processo de desenvolvimento regional já em sua terceira e atual etapa. Essa fase se caracteriza pela diversificação do processo de agroindustrialização com a implantação na região dos chamados complexos agroindustriais (CAIs) da avicultura, da suinocultura e parcialmente da sericicultura.

Esse conjunto de transformações recentes, de forma acelerada, provoca contínuas alterações no processo de industrialização regional e, particularmente, na cidade de Dourados pela sua condição de cidade pólo de desenvolvimento regional.

Surgem mudanças qualitativas na indústria douradense, sobre a qual ainda não existem informações sistematizadas. Vale dizer, essa ausência prejudica a compreensão do processo de industrialização municipal, dificultando uma atuação efetiva do poder público através de políticas de planejamento regional.

Dourados, na condição de pólo de desenvolvimento é um espaço geográfico que abriga uma "modernização contínua". O contexto de diversificação e oligopolização do

¹ Acadêmico do Curso de Geografia e Bolsista de Iniciação Científica/CNPq. UFMS/Brasil – danilosdantas@yahoo.com.br

² Prof. Dr. - UFMS – souza.a@uol.com.br

processo produtivo justificou a elaboração dessa pesquisa, na medida em que pode produzir conhecimento acadêmico sobre a estrutura industrial douradense.

Para uma compreensão geográfica da estrutura industrial do município de Dourados buscamos uma abordagem historicamente contextualizada desse processo. Neste sentido fizemos um exaustivo levantamento de fontes bibliográficas que investigam a temática acerca da industrialização sul-mato-grossense e particularmente da cidade de Dourados; coletamos dados secundários junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e as Secretarias vinculadas ao setor industrial, assim como junto a Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul e a Associação Comercial e Industrial de Dourados (ACID), entidades representativas do empresariado.

2 - DOURADOS: BREVES CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

Elevada ao nível de distrito da Comarca de Ponta Porã pela lei 658, de 15 de junho de 1914, Dourados não demorou a se emancipar. Com uma população estimada em 20.000 habitantes, tornou-se município em 20 de dezembro de 1935. De acordo com dados do IBGE, em 2000, apresentou uma população de 164.949 habitantes. Essa mesma fonte estima para o ano de 2003, um contingente populacional de 173.872 habitantes.

Dourados situa-se como a cidade-pólo³ de uma extensa área polarizada, que corresponde grosso modo ao extremo sul estadual e costuma ser referida como *Grande Dourados* e compreende treze municípios correspondendo a 26.642,40 Km², equivalente a 6,92% do território sul-mato-grossense.⁴ Trata-se de uma área que foi mais intensamente ocupada por povoadores não-índios depois da Guerra do Paraguai, mediante atividades agropastoris e extrativas (erva-mate). Na década de 1940, essa área foi objeto de importantes políticas do Governo Federal, que, levando em conta sua situação fronteiriça, cuidou de dotá-la de um ramal ferroviário e de implantar um projeto de colonização conhecido como Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) criada em 1943, no bojo da política de colonização do Estado Novo. (Lenharo, 1986).

Na concepção de Oliveira & Justino (1997), a implantação da referida Colônia permitiu uma ocupação territorial fulcrada na pequena propriedade (30 ha, em média), porque tinha como objetivo, justamente, a nacionalização da faixa fronteiriça. Nesse contexto, formou-se uma rede de núcleos urbanos que tem como centro dinâmico a cidade de Dourados.

³ Para Perroux o pólo é o centro econômico dinâmico de uma região, país ou continente e que o seu crescimento se faz sentir sobre a região que o cerca, de vez que ele cria fluxos da região para o centro e refluxos do centro para a região. O desenvolvimento regional estará, assim, sempre relacionado ao do pólo. Para um aprofundamento acerca dessa temática, consultar: Andrade (1977).

⁴ O Mato Grosso do Sul tem uma extensão territorial de 358.158,7 km².

Desde a segunda metade da década de 1970, mais especificamente após a implementação do II Plano Nacional do Desenvolvimento Econômico (II PND, 1975/79), a *Região da Grande Dourados* passou a ser concebida como produtora de matérias-primas e alimentos, basicamente para exportação, mas também como área alternativa de desconcentração industrial, o que motivou inclusive a implantação do Distrito Industrial de Dourados, em 1982. (Souza, 1995 e 2002)

Ademais, no bojo dessa política foram implantados vários programas de desenvolvimento regional entre os quais, o Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN). Para Abreu (2000), este foi um programa do Governo Federal cuja preocupação centrava-se na ampliação/fomento da produção e da produtividade das chamadas culturas comerciais – soja e trigo. Assim, não foi aleatoriamente que o município de Dourados foi contemplado com uma unidade da Embrapa ou mesmo com uma unidade da então Universidade Estadual de Mato Grosso, hoje UFMS.

Atualmente, essa Região, embora mantenha ainda características de policultura, caracteriza-se principalmente por elevados índices de produção agropecuária relacionada à exportação, o que decorre de seus solos férteis e do clima propício, fatores esses aliados a vultosos investimentos na moderna tecnologia agropecuária. Dentro desse contexto o PPA (2004-2007) – Plano Plurianual de Investimentos do governo do Estado de Mato Grosso do Sul, para o referido quadriênio destaca atenção especial a essa região afirmando que a mesma é responsável por 54% da produção de grãos dessa Unidade da Federação.⁵

No próprio Programa Regional de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRD, 2002), ainda em execução e coordenado pelo então Instituto de Planejamento do Estado (IPLAN/MS) e que contou com a participação da sociedade civil regional organizada, destaca-se às características e as potencialidades regionais:

A região se apresenta no contexto estadual com produção abundante, alicerçada sobre a pecuária de grande e pequeno portes e a produção de grãos, especialmente a soja. Em ambos os casos, o processo de verticalização da produção se recente da insuficiente existência de indústrias transformadoras da matéria-prima. A elevada disponibilidade dessa matéria-prima constitui-se em

⁵ Segundo a Secretaria de Planejamento de Mato Grosso do Sul (...), o município de Dourados é o primeiro na produção do milho; o segundo na produção do soja e do trigo.

*potencial para o acolhimento de inversões de alta rentabilidade e capazes de redirecionarem o desenvolvimento regional.*⁶

Seguindo essa diretriz programática, a intervenção se dá agora através das possibilidades postas pelo PRD (2002) às ações de verticalização da produção regional:

*Com as atenções voltadas para a diversificação produtiva das atividades econômicas de todos os setores, e aliado ao processo de verticalização com agregação de valor, novas oportunidades de investimentos públicos e privados se constituirão em fatores do crescimento regional equilibrado e sustentável, desde que ajustadas e ampliadas as condições infra-estruturais básicas de comercialização, de modo a adequá-las às novas exigências do mercado, com destaque para a ampliação do acesso dos interessados à pesquisa, à informação mercadológica e aos entrepostos comerciais da região.*⁷

Portanto, há uma concepção ideológica de que a industrialização seja um instrumento fundamental de desenvolvimento regional equilibrado e sustentável.

3 - ASPECTOS DOS INCENTIVOS À INDÚSTRIA DOURADENSE

A expansão da cultura de grãos no Centro-Oeste brasileiro e particularmente na chamada região da *Grande Dourados* esteve relacionada à política de desconcentração industrial para o interior do País, sob a forma de implantação de distritos industriais, principalmente, para consolidação da política de agroindustrialização, à partir da racionalização de recursos (e otimização de investimentos) para a implantação de plantas industriais que começam a se instalar nesse período. É o caso da antiga Copaza (hoje FATISUL), Cormasul (hoje Grupo Bertin), as primeiras a se instalarem no Distrito Industrial de Dourados, na segunda metade da década de 1980 e, voltadas para o ramo grãos/carne.

Posteriormente, já nos anos de 1990, em um processo que Silva (2000) denomina de “diversificação e oligopolização da produção no Sul de Mato Grosso do Sul”, vieram empresas como a COOAGRI (hoje Avipal, capital chinês), Piratini (hoje Doux Frangosul, de capital francês), Ceval (vendida para a Cargill – capital estadunidense, em 2004), entre outras, que se inseriram no sistema de produção integrada que passa a aproveitar a malha de pequenos proprietários rurais no estabelecimento de relações de integração através da

⁶ MATO GROSSO DO SUL. *Plano regional de desenvolvimento da região da Grande Dourados*. Campo Grande : Iplan/MS, 2002.

⁷ MATO GROSSO DO SUL. *Op.cit.*, 2002.

compra de suínos e aves. Além disso, ocorreu a implantação de laticínios, de indústrias de beneficiamento de algodão e arroz, moinho de trigo, entre outras.

Mais recentemente, em termos de política de desenvolvimento regional, no contexto do programa federal *Avança Brasil* (PPA 2000-2003), no qual o País foi delimitado geograficamente nos chamados "eixos nacionais de integração e desenvolvimento", a cidade de Dourados e seu espaço regional foram inseridos no Eixo Sudoeste. De acordo com Souza (2002) esse Eixo tem como uma de suas funções essenciais permitir a integração territorial com os países limítrofes, por constituir, na visão governamental, um espaço geográfico privilegiado em termos de vantagens locais: é próximo da dinâmica econômica do Sudeste brasileiro, não apresentando ainda seus problemas, podendo exercer função estratégica no processo de desconcentração da produção, como absorvedor de investimentos que potencialmente poderiam convergir para o Sudeste.

No bojo desse processo, segundo informa oficialmente, através do documento "Venha crescer com a gente":

*A economia de Dourados baseia-se na agropecuária e no comércio e é atualmente o palco de um intenso processo de industrialização. O município desenvolve, através da Secretaria Municipal de Indústria (...), uma política econômica moderna e competitiva, que tem despertado interesse de investidores potenciais.*⁸

A referida política econômica se consubstancia na lei 2.478/2000 que concede importantes incentivos fiscais aos novos projetos de investimentos. Trata-se do Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Sócio-Econômico de Dourados (PID), cujos principais objetivos, explicitados no art. 1º, são:

I - promover o desenvolvimento econômico, social, turístico e tecnológico do Município, através do incentivo (...) de empresas industriais, comerciais ou de prestação de serviços, com vistas à diversificação da base produtiva;

II - estimular a transformação industrial de produtos primários (...) existentes no Município;

III - incentivar as empresas já instaladas a ampliarem sua produção (...);

IV - proporcionar condições para a criação e ampliação de estabelecimentos produtivos de micro e pequenas empresas e

⁸ DOURADOS. PREFEITURA MUNICIPAL DE. *Venha crescer com a gente*. Dourados, folheto, s.n.t.

*estimular o sistema de condomínios, associações, incubadoras e cooperativas de empreendimentos industriais; (...).*⁹

No bojo do PID, a prefeitura municipal concede os seguintes benefícios:

- Doação de terreno para construção de plantas industriais;
- Oferta de serviços de terraplenagem;
- Aterro e desaterro prestados pelo equipamento rodoviário municipal;
- Perfuração de poço para abastecimento de água;
- Assessoria na busca de linhas de crédito oficiais;
- Treinamento de mão-de-obra mediante convênio com entidades públicas ou privadas;
- Isenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) para obras;
- Isenção do IPTU por um período de até 7 anos;
- Redução ou isenção do ISS para entidades que promovam em Dourados convenções, encontros e jornadas de âmbito regional, nacional e internacional.

Sobre os incentivos concedidos pela Prefeitura, de acordo com o então Secretário de Indústria Mário César Tompes da Silva, *“é um pacote arrojado, sem dúvida nenhuma, mas Dourados precisa investir na atração de indústrias para garantir a revitalização da economia. (...) temos um dos melhores pacotes de incentivos oferecidos pelos municípios.”*

10

Segundo informações da própria Prefeitura Municipal:

*O Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-Econômico de Dourados, (...), já beneficiou 43 empresas de Dourados com várias formas de benefícios. O objetivo principal é manter, com o programa, os empregos existentes nos estabelecimentos, além de criar outros novos postos de trabalho.*¹¹

No interior desse programa de incentivos a industrialização, segundo se informa, os investimentos previstos em Dourados, somente de 2000 para cá, superam os R\$ 93 milhões.¹²

⁹ Lei nº 2.473, de 26 de fevereiro de 2002. In: *Diário Oficial de Dourados*. Nº 732, Dourados, 11.03.02.

¹⁰ "Indústrias devem investir R\$ 13 mi em Dourados" In: www.ms.gov.br 02.08.01.

¹¹ www.douradosnews.com.br

¹² Concomitantemente há uma linha de atuação voltada ao apoio à pequenas empresas, definida, segundo o Secretário Municipal, *“a partir da constatação da existência de um grande número de firmas de fundo de quintal e o maior problema é a falta de qualificação tanto do empresário como de seus funcionários e a dificuldade para se colocar seus produtos no mercado.”* Mário César Tompes da

Os incentivos oferecidos pela prefeitura municipal de Dourados abrem perspectiva de expansão e diversificação da atividade industrial. Ademais:

Um passo importante para se criar em Dourados o Pólo de Confecções foi dado na quarta-feira passada, (27.10), pela manhã, durante reunião na agência da Avenida Marcelino Pires do Banco do Brasil. Empresários do setor, o secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, (...), e a diretoria do Banco discutiram sobre a liberação de recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) para financiar esse projeto.¹³

Segundo se informa oficialmente, desde a implantação do PID, em 2000, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico aprovou 65 cartas de consulta que representaram um investimento global, entre fixo e capital de giro, de R\$ 132,4 milhões, abrindo aproximadamente 6.300 novas vagas de emprego direto.

Além dos estímulos da política pública municipal, as empresas interessadas em se instalarem em Dourados contam também com um conjunto diversificado de incentivos oferecidos pelo Governo de Mato Grosso do Sul que se expressa nas seguintes isenções fiscais:

⇒ Lei 093/2001, denominado "MS EMPREENDEDOR"

- ✓ Isenta os novos investimentos em até 67% do ICMS, por até 5 anos, prorrogável por igual período;
- ✓ Prorroga o ICMS incidente sobre a matéria-prima utilizada no processo industrial;
- ✓ Abre possibilidade de tratamento tributário diferenciado para a comercialização de bens em grande escala (atacado);
- ✓ Abertura de tratamento tributário diferenciado para empresas importadoras de bens a serem comercializados no País;

A Lei prevê ainda a suspensão da cobrança do diferencial de alíquota sobre a compra de máquinas e equipamentos adquiridos em outras Unidades da Federação ou no

Silva, Secretário Municipal de Indústria. "Estímulo para quem vem, apoio para quem já está" In: DOURADOS. Prefeitura Municipal. **Informativo do desenvolvimento**. nº 01, 10.01. p.5.

¹³ As empresas interessadas em se instalarem no que tem sido chamado de pólo de confecção prevêem investimentos de aproximadamente R\$ 3 milhões na construção de suas unidades de produção, gerando cerca de 341 empregos diretos. "Dourados deverá ganhar um Pólo de Confecção." In: www.dourados.ms.gov.br 27.10.04.

exterior, desde que os bens passem a fazer parte do ativo imobilizado da empresa e vinculado ao processo produtivo.

⇒ Decreto 6692/1992

- ✓ Isenta em 100% o recolhimento do ICMS para o setor da indústria de confecção, no caso de operações de venda no atacado, tanto interestaduais quanto internas.

Decreto 6993/1993

- ✓ Concede aos estabelecimentos industriais do leite, isenção ou redução no recolhimento do ICMS. Para laticínios que produzem leite tipo C, há isenção de 100% do ICMS. Para os demais (com exceção do tipo longa vida), são oferecidos créditos presumidos de 64,70% para as operações internas e de 50% para as operações interestaduais. Na prática, isso representa uma isenção de 94% do ICMS nas operações internas.

⇒ Decreto 6995/1993

- ✓ Beneficia com redução de ICMS a indústria processadora de mandioca;
- ✓ Fornece crédito presumido de 58%;

O que significa na prática, o pagamento de tão somente 7% de ICMS para o mercado interno e o pagamento de 12% de ICMS para o mercado inter-estadual.

⇒ Decreto 10428/2001

- ✓ Favorece com redução de ICMS as indústrias integrantes da cadeia produtiva do couro:
 - *Wet-blue* – isenção de 60% do ICMS;
 - Couro semi-acabado – isenção de 70% do ICMS;
 - Couro Acabado – isenção de 75% do ICMS;
 - Indústrias de Calçados – Isenção de 80% do ICMS.

Além dos incentivos mencionados também na esfera federal são concedidos importantes subsídios ao processo de industrialização. Referimo-nos ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Tais fontes de financiamentos são

concebidas como atrativos para as empresas, pois facilitam o acesso a linhas de crédito a juros menores que os de mercado e com longo prazo para pagamento.

Nesse contexto, no qual constatamos uma ativa atuação do que Oliveira (1998) denomina “padrão de financiamento público” no sentido de dinamizar o processo de industrialização municipal, Dourados apresenta a seguinte estrutura industrial.

Quadro –1 - Indústrias por Ramo de Atividade - 1999-2003

Atividades	1999	2000	2001	2002	2003
Total	286	271	268	279	295
Minerais Não-Metálicos	22	20	24	31	33
Metalúrgica	23	20	22	25	21
Mecânica	7	8	8	9	10
Material Elétrico e de Comunicação	4	3	4	4	4
Transportes	3	2	2	2	2
Madeira	10	12	12	10	12
Mobiliário	22	19	20	20	19
Papel e Papelão	1	1	1	1	1
Borracha	-	-	-	-	1
Couros, Peles e Produtos Similares	8	9	8	8	7
Indústria Química	9	7	7	6	8
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	1	1	1	-	-
Perfumaria, Sabões e Velas	6	6	5	4	4
Produtos de Matérias Plásticas	2	3	2	1	2
Têxtil	-	-	-	-	1
Vestuário, Calçados, Artefatos e Tecidos	17	15	13	19	23
Produtos Alimentícios	70	64	63	58	65
Bebidas, Álcool Etílico, Vinagre	5	4	3	3	2
Editorial e Gráfica	32	29	26	29	29
Diversas	45	47	47	49	51

Fonte: Seplanct/ Banco de Dados do Estado – BDE/MS (2004).

Observa-se a partir do Quadro 01, que em termos quantitativos a indústria douradense não apresentou no referido interregno grandes alterações, salvo a indústria de vestuário, calçados, artefatos e tecidos que apresentou um aumento no número de estabelecimentos na casa dos 35%; à indústria de minerais não-metálicos que demonstrou um aumento de 50% e à indústria mecânica 43% nos estabelecimentos em atividade entre

os anos de 1999 e 2003. Todavia, em termos qualitativos, constatamos algumas mudanças destacadamente a respeito da origem do capital.

Refletindo sobre o recente processo de absorção dos empreendimentos industriais de origem local pelos grandes conglomerados, Silva (2000, p.172) entende que:

“Esses empreendimentos locais, pelo seu porte relativamente reduzido [exceto a Copaza], insuficiente capacidade de expansão e sobretudo crescente dificuldade de sobrevivência em um mercado controlado por conglomerados, foram rapidamente absorvidos por grandes grupos econômicos nacionais e internacionais que passaram, a partir dos anos 90 a se expandir com intensidade no espaço regional, passando não apenas a incorporar empreendimentos locais preexistentes, como também a introduzir novas atividades econômicas no Mato Grosso do Sul meridional.”

No bojo desse processo, o mesmo autor, advoga:

Esses diversos complexos foram atraídos para o sul do Mato Grosso do Sul em função desse espaço regional enfeixar uma específica combinação preexistente de habilidades e recursos extremamente atraentes e favoráveis para o desenvolvimento das atividades agroindustriais. (Silva, 2000, p.163)

Notícias a respeito das aquisições de empresas por grandes conglomerados são rotineiras nos meios de comunicação local:

A Bunge vendeu o controle da Seara Alimentos para a Cargill por cerca de US\$ 130 milhões. O anúncio foi feito ontem [31.08.2004] à CVM (Comissão de Valores Mobiliários). A Cargill tem o interesse de fechar o capital da Seara por meio de oferta pública, a ser intermediada pelos bancos Bradesco e Pactual. O rumor de venda da Seara circulava desde o início do ano. O mercado citava que a Sadia disputava a empresa com a Cargill.¹⁴

O referido autor lembra da existência nesse espaço geográfico de um ainda expressivo contingente de pequenos produtores familiares remanescente dos diversos projetos de colonização – oficial e privada – aí implantados entre as décadas de 1940 e 60. Lembra ainda da disponibilidade de uma vasta malha de estradas vicinais que possibilita um rápido escoamento da produção dos muitos e dispersos estabelecimentos rurais para a

¹⁴ “Bunge vende controle da Seara para Cargill” In: www.diarioms.com.br 01.09.04

indústria de abate e beneficiamento. Igualmente importante foi o potencial de produção de grãos desse espaço geográfico, sobretudo soja e milho, que se constituem na matéria-prima básica utilizada na fabricação de rações e concentrados usados na alimentação de aves (e suínos). Por fim, mas não menos importante, um ingrediente decisivo no processo de diversificação econômica na porção meridional de Mato Grosso do Sul foi, em grande medida, resultante do crescente conteúdo de ciência e técnica que veio sendo incorporado ao espaço regional a partir dos anos de 1970 e de maneira cada vez mais intensa a partir dos anos 80 e 90, na esteira da dinamização da economia regional (rede de eletrificação rural, ampliação e inovação da infra-estrutura de telecomunicações, inclusive com fibra ótica, diversificação das modalidades de escoamento da produção com ferrovias e hidrovias).

“Esse novo contexto fez com que o conjunto de infra-estruturas local e o próprio espaço regional, como um todo passassem de uma situação pouco articulada ou de semi-isolamento (como acontecia com a rede viária ou os precários sistemas telefônico ou de energização regionais até os anos 60) para uma condição de integração crescente a redes (...), que operam em escala nacional e planetária e que são não apenas mais amplas, mas sobretudo muito mais eficazes.” (Silva, 2000, p.169)

Nesse sentido, a porção meridional de Mato Grosso do Sul foi inserida no programa de investimentos do governo federal "Avança Brasil" (PPA 2000-2004) como Eixo do Sudoeste, que aparece associado ao Sudeste brasileiro e com função no contexto da divisão regional do trabalho *“como o de laboratório difusor de experiências de alta produtividade no País, em termos agropecuários, agroindustriais e de indústria tradicional, em busca de mercados nacionais e internacionais (...) Representa ainda uma área com alto grau de infra-estrutura econômica junto à Rótula, eixo mais dinâmico do País, podendo contribuir com atração de investimentos que desconcentrem e descongestionem essa área.”*

15

O Eixo Sudoeste, no qual Dourados foi inserido trata-se de um espaço geográfico delimitado pelo governo federal para fins de planejamento que abriga uma "modernização contínua em busca de competitividade, a qual deve ser incentivada pela redução dos custos de transportes." (Consórcio Brasiliana, tomo VIII, v. II, 1998)

Ainda em termos de plano de investimentos regional, evidenciamos no PPA (2004-2007) – Plano de Investimentos Plurianual do governo de Mato Grosso do Sul estímulo à

¹⁵ Consórcio Brasiliana. **Relatório preliminar. Caracterização e análise dos eixos.** Tomo VIII, v. II. São Paulo, 1998, p.246.

implantação de instalações e processos de industrialização de matérias-primas agrícolas e minerais e promoção de instrumentos científicos e tecnológicos capazes de dar-lhes competitividade no mercado nacional e internacional. Isto deve acontecer via estímulo e atração de investimentos nas etapas, produtivas com repercussão mais intensa no adensamento de suas cadeias produtivas e via investimentos diretos e indiretos em pesquisa científica e tecnológica e em capacitação de trabalhadores.

Considerações finais

Fica demonstrado que no programa de incentivos fiscais municipal, houve uma atuação no sentido de atrair novas empresas e oferecer condições para que as já instaladas pudessem permanecer em seus ramos de atividades.

Constatamos também que o aproveitamento da matéria-prima regional é uma das principais metas dos programas de industrialização implementados, tanto em Dourados (Lei 2.478/02), como em Mato Grosso do Sul (Lei 093/01), uma vez que um dos critérios básicos para que uma unidade seja incentivada é o aproveitamento da matéria-prima regional.

Também no nível da legislação estadual a Lei 1225/1991 prevê a suspensão de cobrança do diferencial de alíquotas sobre a compra de máquinas e equipamentos comprados em outras Unidades da Federação ou no exterior. Por sua vez, o Decreto 6.692/1992, isenta em 100% o recolhimento do ICMS para o setor industrial de confecções, no caso de vendas no atacado, tanto interestaduais quanto internas. Além de isenções e reduções da carga tributária, há em alguns casos financiamentos através de linha de crédito especiais junto ao BNDES e FCO, que disponibilizam capital a juros menores e prazos maiores.

Analisando a questão da concessão dos incentivos fiscais, Silva (1999) argumenta que os anos de 1990 são marcados pela chamada guerra fiscal: *“governos municipais e estaduais se digladiam em uma guerra fiscal acirrada para atraí-los [investimentos] para seus territórios.”*

As ações previstas para a atividade produtiva, mostram a atuação contínua do Estado como agente fomentador da produção. Podemos dizer que essas intervenções por parte do poder público acarretaram um conjunto de transformações não somente no município de Dourados, mas também em toda a área polarizada, conseqüentemente influenciando sobre o processo de industrialização regional, uma vez que a cidade é tida como pólo de desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

- ABREU, S. *Planejamento governamental: a Sudeco no espaço mato-grossense – contexto, propósitos e contradições*. São Paulo: USP, Tese (Doutorado), 2000.
- ANDRADE, M. C. *Espaço, polarização e desenvolvimento*. Recife: Passagarda, 1977.
- Consórcio Brasiliana. *Relatório preliminar. Caracterização e análise dos eixos*. Tomo VIII, v. II. São Paulo, 1998.
- DOURADOS. PREFEITURA MUNICIPAL DE. *Venha crescer com a gente*. Dourados, folheto, s.n.t.
- LAMOSO, L. P. Transformações recentes no território sul-mato-grossense. In: *Revista de Geografia*. Campo Grande: UFMS, 2000.
- LENHARO, A. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1986.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado da Produção. *Diretrizes ao desenvolvimento econômico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Seprod, 2001.
- MATO GROSSO DO SUL. *Plano regional de desenvolvimento da região da Grande Dourados*. Campo Grande: Iplan/MS, 2002.
- OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor*. São Paulo: Record, 1998.
- OLIVEIRA, B. C & JUSTINO, V. “O projeto colonizador na região da Grande Dourados: encontro e desencontro na malha fundiária.” In: *Revista de Geografia*, n.5, Campo Grande: UFMS, 1997. p.10-14
- PÉBAYLE, R. & KOECHLIN, J. “As frentes pioneiras de Mato Grosso do Sul: abordagem geográfica e ecológica”. In: *Espaço e Conjuntura*, São Paulo, 1981, p.1-42.
- QUEIRÓZ, P. R. C. “Condições econômicas do sul de Mato Grosso no início do século XX” In: *Fronteiras – Revista de História da UFMS*, n.2, Campo Grande, jul/dez. 1997. p. 113-136.
- SANTOS, M. & SILVEIRA, M.L. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo : Record, 2001.
- SILVA, M. C. T. “Dourados: trajetórias e perspectivas do processo de desenvolvimento regional” In: *Revista de Geografia*, nº3, Campo Grande, maio/agosto 1996, p.29-35.
- SILVA, M. C. T. “A construção de uma nova política de desenvolvimento para Dourados-MS” In: *Revista de Geografia*, nº 17, Campo Grande, jan./jun. 2003, p.29-32.
- SILVA, M. C. T. *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados*. São Paulo : USP, Tese, 2000.
- SOUZA, A. O. *Distrito Industrial de Dourados: intenções, resultados e perspectivas*. Presidente Prudente (SP) : Unesp, Dissertação (Mestrado), 1995.
- SOUZA, A. O. *A estratégia dos distritos industriais como instrumento de desenvolvimento regional e sua aplicabilidade em Mato Grosso do Sul*. São Paulo : USP, Tese (Doutorado), 2002.
- www.diarioms.com.br “Bunge vende controle da Seara para Cargil” 01.09.04
- www.douradosnews.com.br “Em dois anos 43 empresas investiram R\$ 43 mi em Dourados”. 27 de abril de 2004.
- www.dourados.ms.gov.br
- www.ibge.gov.br
- www.ms.gov.br
- www.seplanct.ms.gov.br/municipios/Dourados